

# A Comunic(ação) da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise pós-rompimento em Brumadinho-MG

*The Communic(action) from Vale S.A. and the NGO Cabinet of Post-rupture Crisis in Brumadinho-MG*

*La comunic(acción) de Vale S.A. y la ONG Gabinete de Crise Post-ruptura en Brumadinho-MG*

## RESUMO

Nosso objetivo é compreender como as narrativas disseminadas pela Vale S.A. e pela ONG Gabinete de Crise, no momento pós-crime do rompimento na barragem (B1) em Brumadinho, se apresentam enquanto performativas. Isso é realizado com base na Hermenêutica Ricoeuriana. Foram coletados dados secundários, e realizada uma análise narrativa baseada na metodologia de Gioia et al. (2013). Os dados coletados correspondem à comunicação do dia do rompimento até junho de 2021. Como resultado, observa-se o conceito de grandes narrativas e sua articulação com diferentes racionalidades e dimensões do imaginário social, que quando articulados discursiva e performativamente evidenciam “mundos possíveis” para o estabelecimento das ações organizacionais.

Palavras-chave: crime corporativo; performatividade narrativa; Paul Ricoeur; estudos organizacionais.



## ABSTRACT

Our goal is to understand how the narratives disseminated by Vale S.A. and the NGO Cabinet de Crise, in the post-crime moment of the breach in the tailings dam (B1) in Brumadinho, are presented as performative. This is executed based on Ricoeurian Hermeneutics. We collected secondary data and have done a narrative analysis based on Gioia et al. (2013) methodology. The collected data correspond the communication from the day of the breach until June 2021. As the result, we can see the concept of grand narratives and their articulation with the different rationalities and dimensions of the social imaginary, which when discursively and performatively articulated, show “possible worlds” for the settlement of organizational actions.

Keywords: corporative crime; narrative performativity; Paul Ricoeur; organizational Studies.

## RESUMEN

Nuestro objetivo es comprender cómo las narrativas difundidas por Vale S.A. y de la ONG Cabinet de Crise, en el momento posterior al crimen de la ruptura de la presa (B1) en Brumadinho, se presentan como performativos. Esto se hace con base en la Hermenéutica Ricoeuriana. Se recolectaron datos secundarios y se realizó un análisis narrativo basado en la metodología de Gioia et al. (2013). Los datos recolectados corresponden a la comunicación producida desde el día del crimen hasta junio de 2021. Como resultado, se observa el concepto de grandes narrativas y su articulación con diferentes racionalidades y dimensiones del imaginario social, que al articularse discursiva y performativamente, muestran “mundos posibles” para el establecimiento de acciones organizacionales.

Palabras clave: crimen corporativo; performatividad narrativa; Paul Ricoeur; estudios organizacionales.

### Como citar:

CENI, Jéssica Cristina; RESE, Natália. A Comunic(ação) da Vale S.A. e da ONG Gabinete de Crise pós-rompimento em Brumadinho-MG. *Cadernos de Linguagem e Sociedade*, Brasília, v. 24, n. 2, p. 219-237, jul./dez. 2023. DOI: 10.26512/les.v24i2.48004. Disponível em: . Acesso em: XXX.

### Correspondência:

Nome por extenso do autor principal  
Rua XXX, número XXX, Bairro XXX, Cidade, Estado, País.

### Direito autoral:

Este artigo está licenciado sob os termos da Licença [Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)..



## 1. CONTEXTUALIZAÇÃO

As estórias<sup>1</sup> têm sido protagonistas do fazer organizacional há tempos. No entanto, o olhar da razão instrumental sobre o ato de contar estórias, inerente à condição humana, transformou o *Storytelling* em uma ferramenta poderosa nas organizações. Além disso, posiciona-se aqui que os atos organizacionais, quando articulados em narrativas performativas e discursos de ação, estes podem mobilizar, transformar e performar sobre a realidade social, o que significa, logo, que a forma como as organizações (e pessoas) interpretam e referem-se à realidade é capaz de direcionar cursos de ação e práticas que sustentam uma realidade discursivamente articulada.

Nesse contexto, partindo da Hermenêutica Ricoeuriana, compreendemos que a linguagem ao ser posta em uso pelas interpretações e tipificações compartilhadas socio historicamente, podem operar tanto construtiva quanto destrutivamente em relação as situações presentes, e assim, há a concepção de que as narrativas são capazes de abrir mundos possíveis de ação presente e futura na medida que podem contestar ou confirmar o que é o mundo “real” (RICOEUR, 1991). Isso é compreendido pela performatividade narrativa. (GOND *et al.* 2016).

Para Ricoeur (2018) a performatividade narrativa decorre da ideia de que o discurso parte da realidade para que de algum modo volte a ela. E nesse contexto, centraliza-se nesse trabalho o conceito de ficção, não àquele que denota fantasia, mas sim a ficção calcada no imaginário social e que é intersubjetivo, pautado sobre visões de mundo, ideologias e utopias. Ricoeur (2018) aponta que todo discurso possui uma referência ou denotação: remete para uma realidade extralinguística e podem ser inclusive a causa desta realidade, e por isso, compreendemos as organizações enquanto arenas de interação comunicativa, ou seja, “a comunicação que cria, gera, sustenta e - constitui - o que consideramos ser a organização e as práticas organizacionais” (VÁSQUEZ; SCHOENEBORN, 2018; SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, p. 476, 2019). À vista destes posicionamentos, este trabalho visa compreender como as narrativas disseminadas pela Vale S.A. e pela ONG Gabinete de Crise<sup>2</sup>, no momento do pós-crime do rompimento na barragem de rejeitos (B1) na Mina Córrego do Feijão em Brumadinho, se apresentam enquanto performativas.

## 2. HERMENÊUTICA RICOEURIANA E A PERFORMATIVIDADE NARRATIVA

Por muito tempo a hermenêutica ficou condicionada à função do compreender (interpretar), por isso o problema central de Ricoeur (1990) é o de que a hermenêutica, enquanto uma teoria das operações da compreensão, não deveria dissociar a relação entre o *explicar* e o *compreender*

<sup>1</sup> Existe o reconhecimento de que na língua portuguesa a palavra “estória” não está mais em uso. Estória aqui vem de *story* do inglês, e, portanto, esta palavra é utilizada aqui como recurso de pesquisa e que segundo o dicionário Cambridge significa “descrição, **tanto verdadeira como imaginária**, de uma série de eventos conectados”.

<sup>2</sup> A constituição da ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil foi constituída logo após o rompimento em Brumadinho e representa uma articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos cujo o objetivo é o “reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental” (GABINETE DE CRISE, 2019).

(interpretar) e seria na complementariedade entre essas duas atitudes que figuraria a hermenêutica. (Ricoeur, 1990). Para Ricoeur (1990) “é o símbolo que exprime nossa experiência fundamental e nossa situação do ser. [...] O ser se dá ao homem mediante as sequências simbólicas, de tal forma que toda visão do ser, toda existência com relação ao ser, já é uma hermenêutica”. Ricoeur parte do pressuposto de que o homem se orienta no mundo por meio da atividade fundamental da interpretação - ora, um “animal hermenêutico” (RICOEUR, 1979) o qual recorre à uma estrutura simbólica - a linguagem – que por sua vez se situa como condição primordial para a experiência humana.

Ricoeur (1990) argumenta que a linguagem não é um mundo próprio, nem sequer um mundo, todavia compreendendo que estamos no mundo, somos afetados por ele e nos orientamos nele, temos algo a dizer, temos experiências para trazer à linguagem e ao interpretarmos o mundo que nos cerca incorporamos tipificações e interpretações nesse processo (GURWITSCH, 1962). As tipificações são as arenas de significado que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo, e as interpretações são decorrentes antes de qualquer coisa “da crença por parte dos membros da comunidade que compartilham suas concepções.” (WAGNER, 1979, p. 18).

Dessa forma, o mundo da vida real (*lebenswelt*) é vivido pela experiência diária dotada de uma familiaridade particular relacionada ao entendimento de como o mundo é. Essa familiaridade é divergente de qualquer tipo de conhecimento científico. O mundo da vida real é um mundo *taken for granted*. (GURWITSCH, 1962, WAGNER, 1979). Ele é construído por meio da conduta humana dotada de significado, ou seja, por meio das ações e interações humanas, contexto que a linguagem constitui não só uma atividade de representar e descrever o mundo, como também compreende um processo de invenção, que segundo Rocha (2014, p. 624) é esta dimensão que torna a linguagem possível de intervir no mundo e, portanto, apresentar um **papel performativo**: “os enunciados só representam o mundo no sentido de produzirem uma certa versão desse mundo, ou seja, de intervirem nesse mundo.”

Esse processo de invenção surge, conforme aponta Ricoeur (1990, 1991), por um trabalho de imaginação regido por regras, isto é, pelas expressões do imaginário social e seus referentes, como a ideologia e a utopia consideradas por ele enquanto *ficções práticas*. Isso decorre porque a referência trazida à linguagem atravessa intenções humanas que estão pautadas não apenas sobre a realidade factual, mas sim sobre aquilo que se significa e se diz sobre essa realidade. É por essa razão que Ricoeur no texto “*The function of fiction in shaping reality*” publicado em 1979 argumenta que “sob o choque da ficção, a realidade se torna problemática.” As ficções práticas fazem parte do imaginário social que é estabelecido pelas interpretações de realidade decorrentes do processo de recriação da realidade narrativamente e pautado sobre as singularidades históricas, temporais e experiências individuais e coletivas (GURWITSCH, 1962, p.53), e por isso, nossa experiência – e conseqüente interpretação da realidade - estabelece-se em um mundo público, intersubjetivo e comum a todos nós (GURWITSCH, 1962; WAGNER, 1979).

Nesse contexto, Ricoeur (1979) argumenta que a confirmação ou contestação da realidade pauta-se sobre essa relação da ideologia e utopia<sup>3</sup>, considerada por ele enquanto *ficções práticas*. Por um lado, a ideologia enquanto integração é traduzida pela promoção de uma identidade a um determinado grupo (RICOEUR, 1991; SARGENT, 2008), já a utopia permite variações imaginárias em torno do social, expondo as aberturas da ideologia, constituindo o imaginário social enquanto subversivo. (RICOEUR, 1991, p. 89).

Ricoeur (1991) salienta que a relação essencial entre utopia e ideologia é estabelecida sobre uma correlação funcional, ou seja, a comum não-congruência com a realidade, assim, ambas apresentam um aspecto ficcional que não exprime uma referência no mundo. Enquanto a ideologia reflete o desejo de grupos em não mudar seu status, a utopia reflete o desejo de grupos que almejam a mudança para melhorá-lo (SARGENT, 2008). Enfim, argumenta-se aqui que o imaginário social se estabelece pelas interpretações de realidade para além de qualquer ambiente físico concreto e factual, ao passo que o processo de interpretação e recriação da realidade pela linguagem (o que trataremos e compreenderemos posteriormente como mimese narrativa) traz elementos ficcionais que sustentam a construção e recepção narrativa. Elementos esses pautados pelo próprio imaginário social, cujas expressões são a ideologia e a utopia. **Os indivíduos, portanto, ao fazerem sentindo do mundo real por meio das narrativas, apresentam capacidade e aderência de produzir uma realidade coalescente com o que o imaginário social carrega e que é ficcional.**

### 3. ORGANIZAÇÃO COMO COMUNIC(AÇÃO), FICÇÃO E MIMASE NARRATIVA

Ao compreender as organizações enquanto arenas de interação comunicativa posicionamentos que é “a comunicação que cria, gera, sustenta e - constitui - o que consideramos ser a organização e as práticas organizacionais” (VÁSQUEZ; SCHOENEBORN, 2018; SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, p. 476, 2019). Situa-se que a comunicação, aqui, é tratada como um processo recursivo de produção e negociação de significados e as organizações são resultado desse processo, sendo compreendidas como *talked into being*. (SCHOENEBORN; KUHN; KÄRREMAN, 2019).

Esse processo de produção e negociação de significados se estabelece por meio do imaginário social, que é pautado sobre as bases de significado que constituem as normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo e, logo, carrega elementos não congruentes com a realidade “material” (RICOEUR, 1991). E é nesse contexto que a ficção se situa enquanto referência do discurso, emergindo, por um lado enquanto elemento não racionalizado da comunicação, em vista de que é parte do imaginário social e da forma como os indivíduos fazem sentindo sobre o real, por

---

<sup>3</sup> Nesse trabalho aborda-se a função positiva da ideologia e da utopia, todavia reconhece-se também que a ideologia e utopia apresentam uma função negativa, ou patológica promovida na imaginação social e que figura a ideologia enquanto distorção e a utopia enquanto loucura. (SANFELICE, 2013).

outro quando estabelece-se como elemento racionalizado do comunicação na medida que o locutor busca implicar ficcionalidade na narrativa construída e disseminada buscando um direcionamento específico e utilitário ao que é desejado transmitir enquanto real. (WALTON, 1990).

Como observado até aqui, existe uma relação estreita entre ficção e performatividade narrativa. Para aprofundarmos ainda mais esse entendimento é necessário compreender o que Ricoeur (1994) chama de mimese narrativa, isto é, o processo pelo qual as pessoas constroem versões criativas da realidade e que podem redescrever o real e conseqüente impactar o mundo da vida, em outras palavras, “refazer” a prática ou ação humana (RICOEUR, 1979). Ricoeur (1994) estabelece que a mimese narrativa é caracterizada pelo processo de mediação que configura a “recriação da realidade” pela linguagem, que se estabelece pela constituição e construção narrativa, a qual por sua vez se estabelece em três momentos não lineares e nem cíclicos, que ele trata enquanto mimese I, II, III.

A mimese I relaciona-se a uma pré-compreensão do mundo do qual o indivíduo faz parte, e possui dois traços: a) as estruturas inteligíveis (conceptual network), isto é, a maneira como determinado grupo social narra e organiza a narrativa, e b) as formas simbólicas, caracterizadas pelas crenças, valores, questões éticas e morais socialmente compartilhadas. (RICOEUR, 1994). A mimese II compreende a temporalidade e a capacidade das narrativas em interrelacionar o tempo vivido – acronológico – e o tempo estrutural ou cronológico. É aqui que existe o encadeamento do enredo no qual os significados, símbolos, eventos, são incorporados e sequenciados, propositalmente ou não, na construção de uma narrativa. É na mimese II que o reino da “ficção” é aberto. Por fim, a mimese III pauta-se sobre as aberturas de sentido e os processos de negociação e disputa do que será tido como uma “verdade” ou enquanto “real”, isso ocorre por um processo recursivo e dialógico entre aquele que desenvolve e dissemina narrativas e àquele que a consomem. Ricoeur (1994) alude esse momento baseado sobre a refiguração da narrativa pelo ouvinte-leitor que irá estabelecer qual seria o “fim narrativo”, o qual não é rígido, mas sim pautado sobre os limites daquele que consome esse discurso e seus referentes. Ricoeur (1994) alude sobre a capacidade de recepção daquilo que é socialmente compartilhado por meio das narrativas.

Conforme Savage (2019, p. 12) pontua que para Ricoeur “as narrativas não surgem apenas do sentido das palavras que são reunidas e compartilhadas, mas sim de suas referências a uma verdade - a verdade sobre a realidade” e que “o que um leitor recebe não é somente o sentido da obra, mas, por meio de seu sentido, sua referência”, ou seja, qual é o mundo de sentido que ela abre, (RICOEUR, 1994, p. 120), e que por sua vez pode perpetuar o *status quo* ou promover mudanças. Isso significa, que o ato de narrar explicita a experiência humana e, portanto, as narrativas são capazes de descrever ações humanas específicas e abrir mundos possíveis de ação e de concepção do real, como ainda podem mobilizá-lo, ou seja, performar (RICOEUR, 1994).

## 4. PERCURSO METODOLÓGICO

O corpus de análise foi a comunicação da Vale e da ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil, pós-crime corporativo, caracterizado pelo rompimento na barragem, a partir de dados secundários. Há o reconhecimento de que a realidade é complexa e composta por múltiplas vozes, as quais apresentam diferentes impactos e alcances, e dentro dessa arena discursiva – a Vale e a ONG Gabinete de Crise – se situaram enquanto frutíferas para análise. Por um lado, tem-se a responsável direta do crime – a Vale S.A, que por sua vez possui como primazia a reparação da imagem organizacional e da recuperação da sua legitimidade – e por outro a ONG, constituída especificamente após a concretização do crime representando a articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos e criada especificamente no período pós-rompimento na busca pela reparação dos impactos decorrentes desse crime.

### 4.1 Coleta dos dados

A coleta de dados referente à Vale S.A. ocorreu por meio do site oficial da empresa, especialmente em uma área específica que reúne informações a respeito do rompimento. Foram acessadas as notícias e documentos do dia do rompimento até o dia 01 de junho de 2021, data final da coleta. A respeito da ONG Gabinete de Crise Sociedade Civil, a coleta foi feita no Facebook, pois o site estava fora do ar, outro local forma as matérias compartilhadas no “Projeto Manuelzão” assinadas pela ONG.

**Quadro 1 - Dados coletados**

Fonte	Dados
Site da Vale ( <a href="http://www.vale.com/brasil/pt/">http://www.vale.com/brasil/pt/</a> )	290 páginas de documentos (press releases, notícias) extraídas da página chamada ‘reparação e desenvolvimento’
Página do facebook ONG Gabinete de Crise – Sociedade Civil ( <a href="https://www.facebook.com/gabinetedasociedade">https://www.facebook.com/gabinetedasociedade</a> )	141 publicações e 10 imagens.
Site do Projeto Manuelzão ( <a href="https://manuelzao.ufmg.br/">https://manuelzao.ufmg.br/</a> )	44 páginas de documentos cuja autoria é da ONG

Elaboração própria.

### 4.2 Análise de conteúdo e aproximação narrativa

Enquanto uma pesquisa qualitativa, optou-se pela utilização da metodologia indutiva proposta Gioia *et al.* (2013). Toda a análise partiu do compilado dos dados que foram organizados cronologicamente em planilhas de dados. Apoiada nessa metodologia as etapas de análise foram: 1. compilação dos trechos mais relevantes dos dados (elementos de primeira ordem); 2.

classificação do sumário dos trechos em temas de segunda ordem; e, por fim, • 3. definição das dimensões agregadas que guiaram a seção de resultados e análise, e que se estabeleceu enquanto a aproximação das narrativas que emergiram dos dados.

Nessa primeira fase houve 290 elementos de primeira ordem relacionados à Vale e 151 referentes à ONG. Na segunda etapa foram observados 15 temas de segunda ordem referentes à Vale e 6 temas referentes à ONG. Na terceira etapa, no que diz respeito as dimensões agregadas estas foram tratadas enquanto *grandes narrativas* que compuseram toda comunicação da empresa desde o momento do rompimento até junho de 2021, data que finalizei a coleta. Emergiram desse processo de análise cinco grandes narrativas da comunicação da Vale e três grandes narrativas na comunicação da ONG, como poderá ser observado na parte dos resultados. Por fim, ressalto que escolha do termo *grande narrativa* surgiu a partir de um processo reflexivo a respeito dos resultados desta pesquisa durante a análise dos dados. Esse termo que é baseado sobre entendimento das grandes narrativas modernas, que é definido por Bernstein (1991). Segundo o autor as grandes narrativas são discursos de segunda ordem que se estabelecem para serem articuladas e legitimadas pelo discurso institucionalizado, isto é, por práticas ou narrativas concretas de primeira ordem. Além disso, uma grande narrativa faz referência aos discursos socialmente compartilhados e que compõem o imaginário social.

## 5. VALE S.A. E O ROMPIMENTO DA BARRAGEM

A Vale S.A. é uma mineradora multinacional brasileira que além de atuar em setores como logística, energia e siderúrgica, se estabelece como uma das maiores mineradoras do mundo atuando como produtora de minério de ferro, pelotas e níquel. Foi criada em 1942 por meio do decreto-lei 4.352/42 assinado pelo presidente da época Getúlio Vargas para exploração de minas de ferro na região de Itabira em Minas Gerais, e por isso, foi até 2007 conhecida como a estatal Companhia Vale do Rio Doce, sendo atualmente uma empresa privada de capital aberto. (VALE, 2021).

A empresa passou para o setor privado no final do século XX, houve a mudança de nome dado que a Vale (2012) precisou de adaptação frente as mudanças do mercado e da globalização. Na época constituíram Fundação Vale, que apresentava enquanto objetivo “contribuir para o desenvolvimento integrado-econômico, ambiental e social [...] articulando e potencializando os investimentos sociais, fortalecendo o capital humano nas comunidades e respeitando as identidades culturais locais” e a adesão ao Projeto Vale Florestar, entre outros acordos de proteção ao meio ambiente, apesar disso, a Vale se viu ao longo dos anos 2000 submersa em ações judiciais decorrentes dos seus impactos ambientais, que incluem o rompimento na barragem do Fundão em Mariana em 2015, e o na Mina de Córrego do Feijão em Brumadinho ocorrido em 2019. (VALE, 2012, p. 381).



## 5.1 O rompimento da Barragem na Mina de Córrego do Feijão

E as sirenes não tocaram...

A menos de 200 km do local que havia ocorrido em 2015 “o maior desastre socioambiental do Brasil e um dos maiores relacionados à mineração no mundo” (MODENA, HELLER, 2016, p. 22) se rompe a barragem na Mina de Córrego do Feijão no dia 25 de janeiro, em Brumadinho, Minas Gerais. Na mineração existem diferentes tipos de barragens; são estruturas que servem como reservatório de contenção e acúmulo de líquidos ou misturas de líquidos com sólidos oriundos do processo de mineração. No Brasil há dois tipos principais: as do método à montante e as do método jusante. A Vale utilizou o método conhecido como à montante, tanto na barragem de Mariana, quando na Mina de Córrego do Feijão. Esse método, conforme entrevista com o geólogo e professor da Universidade Federal de Viçosa (UFV) Eduardo Marques,

"é a forma mais comum porque é mais barata para se construir e mais rápida de se licenciar, já que ocupa menos espaço da bacia hidrográfica; mas é também a mais perigosa e com maior risco, por isso países com características similares ao do Brasil não a usam ou estão a proibindo." (ODILLA, 2019).

A barragem situada Brumadinho foi construída em 1976. Desativada em 2015, a Vale S.A. formalizou um processo administrativo para obtenção de uma **Licença Prévia**, concomitante à **Licença de Instalação** para expansão da Mina de Córrego do Feijão **mesmo com mobilização popular contrária**. A Câmara de atividades minerárias dá continuidade com o processo de licenciamento, que é aprovado no dia 11 de dezembro de 2018, menos de três meses antes do rompimento. Dois anos após este crime, são contabilizadas mais de 270 mortes incluindo duas gestantes e 11 desaparecidos. Dentre os mortos, 127 trabalhadores diretos da Vale e os outros 118 terceirizados da empresa. (SANTOS, 2019).

Com o rompimento tem-se diversos impactos ambientais, socioeconômicos, problemas de saúde, doenças e dengue na região. Impactos com consequências de longo prazo, principalmente ao Rio Paraopeba. Segundo relatório da Fundação Oswaldo Cruz, o rio servia de captação de água que abastecia parte da região metropolitana de Belo Horizonte e as cidades de Caetanópolis, Paraopeba e Pará de Minas. Além disso, outros municípios foram afetados pela degradação da água. (FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ, 2019). Falar sobre o rompimento não significa apenas aludir a um evento específico ocorrido, afinal, estabelecem-se impactos cujo prazo para recuperação e mitigação é incalculável e até mesmo irreversível. A responsabilização é necessária, exatamente por isso, após o crime houve a constituição da ONG Gabinete de Crise representando a articulação de diversos movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos cujo o objetivo é o “reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela Companhia Vale, no município de Brumadinho e em toda a bacia do Paraopeba, na data de 25 de janeiro de

2019, não se esquecendo do rompimento de Fundão em Mariana na Bacia do Rio doce.” (GABINETE DE CRISE, 2019).

## 6. A COMUNIC(AÇÃO) DA VALE S.A.

Antes de Brumadinho, houve em 2015 o rompimento em Mariana, e mesmo que até hoje a responsabilidade pública e discursiva recaia sobre a empresa Samarco, a responsabilidade operacional recaia sobre a Vale. Refletir isso é necessário, afinal, a comunicação da Vale S.A. surge deste contexto. Assim, um questionamento que surge durante a análise foi: Há uma naturalização de eventos dessa natureza na comunicação da Vale? Outro ponto é a respeito do local da coleta de dados: o site da empresa apresenta uma página cujo título é “reparação e desenvolvimento” promovida com o intuito de divulgar as ações e as notícias relacionadas as barragens e ao rompimento de Brumadinho. Nesse caso, as a “reparação e desenvolvimento” é para quem? Para o que?

Com base nisso e conforme exposto, as dimensões agregadas situam-se, portanto, enquanto *grandes narrativas* que compõem toda comunicação da empresa desde o momento do rompimento até junho de 2021. Ressalta-se que cada grande narrativa que emerge da comunicação da Vale é sustentada por sentidos que surgem a partir dos temas de segunda ordem, e que por sua vez, também são compostos por enredos diversos que os sustentam. Ao englobar um ou mais enredos, os sentidos que compõem cada grande narrativa se estabelecem sem marcações temporais específicas e, portanto, são fluídos e interrelacionados ao longo do tempo.

### 6.1 A barragem na Mina de Córrego do Feijão rompeu, e agora?

Essa grande narrativa baseia-se sobre o i) reconhecimento do evento, e sua continuidade se dá pelo posicionamento da empresa em ii) esclarecer e justificar o evento e na aderência de iii) narrativas de defesa. Centraliza-se aqui o afastamento da responsabilidade da Vale em relação ao rompimento e suas causas e ao se justificar pontuam que as possíveis causas do eram questões aquém do controle, e implicitamente, o que fica é de que a culpa não é efetivamente da Vale. Ademais, a empresa trata o evento normalizando-o enquanto um risco (situação) inerente às operações, e que apesar disso, o negócio é vantajoso e vale a pena - para o nós e o nosso país. O uso constante da palavra acidente para aludir o rompimento promove a abertura para um mundo narrativo que a afasta e a desvincula a responsabilidade e culpa da Vale, como afirmam que “nós somos os maiores interessados no esclarecimento das causas do rompimento”, reforçando um papel de vítima. (VALE, 2019a).

Consoante, a empresa argumenta que nenhuma instituição poderia ser capaz – pelo menos não ainda – de acusá-la alegando que ela sabia da possibilidade do rompimento, pois segundo ela,

seria incoerente ter consciência do risco, já que ela não queria que isso se concretizasse e não estava movendo nenhum tipo de esforço deliberado para o rompimento acontecesse.

## **6.2 “A empresa está empenhando todos os esforços no apoio aos atingidos”**

O foco aqui recai sobre as i) ações realizadas e/ou prospectadas no que tange a reparação às vítimas e a comunidade, ao passo que dá demasiada importância ao resgate e busca de ii) animais domésticos. Outros sentidos desta narrativa são as ações de reparação do iii) Rio Paraopeba; as iv) Doações financeiras e indenizações como ações de reparação. Divulgaram o balanço das ações em relação as frentes de atuação caracterizadas por: i) ações humanitárias; ii) meio ambiente; iii) indenizações emergenciais; iv) obras de retenção de rejeitos; e v) barragens. Estabelecem que a Vale está reparando os danos causados decorrentes do acidente “inesperado”, e que além disso, ela é uma empresa que escuta a comunidade e está aberta ao diálogo. (VALE, 2019b; 2020).

Em suma, a abertura de mundo narrativa que se promove aqui, parte da questão: se a culpa e a responsabilidade são afastadas da Vale, mas ela “mesmo assim” move mundo e fundos para implementar ações, projetos e programas de mitigação. Em vista disso, qual é o lugar que a empresa visa ocupar narrativamente? Qual é a identidade que ela constrói para si

## **6.3 Somos uma empresa sólida e legítima**

Aqui o intuito é o de evidenciar uma determinada imagem organizacional e mostrar que a Vale S.A. é legítima. Aborda-se a respeito da segurança das barragens, o relacionamento da Vale com a comunidade, com os acionistas e as autoridades, e para além disso, ressalta a respeito da criação de dois comitês Independentes de Assessoramento Extraordinário (CIAE): um direcionado à assistência e à recuperação da área atingida e outro dedicado à apuração das causas e responsabilidades. A empresa dissemina narrativas pautadas sobre o sentido do que ela foi ou é enquanto empresa, a fim de trabalhar sua imagem e reputação. Há o reforço contínuo de enfatizar sua legitimidade. Para fazer isso a Vale S.A. manifesta e enfatiza sobre os investimentos realizados para segurança das barragens, utiliza-se continuamente de recursos intertextuais, tabelas e infográficos esses investimentos. A comunicação estabelece que a imagem de que Vale está preocupada em melhorar suas operações, e mais do que isso de que ela sempre realizou as devidas manutenções para garantia de segurança das barragens. Aqui é reforçado de novo o papel de vítima.

## 6.4 Pandemia

Considerando o contexto da pandemia, a Vale estabelece narrativas pautadas sobre i) as medidas preventivas e ii) ações de contenção do coronavírus promovidas pela empresa. Essa situação permitiu com que a Vale parasse de direcionar seus sentidos para o rompimento e passasse a pontuar outras questões. Se até então poderíamos observar a abertura de um mundo narrativo que afastava a culpa e a responsabilidade da Vale frente ao rompimento, mas que ainda assim tinha como foco principal o mesmo e a mitigação de seus impactos, a partir da construção desse novo mote narrativo, a Vale se afasta cada vez mais do rompimento e da necessidade de o aludi-lo.

## 6.5 Risco Iminente das barragens

O tema da instabilidade das barragens teve início a partir do momento que a empresa pontua respeito do descomissionamento de todas as barragens a montante, e relembra que tal decisão vem de 2016, “logo após o acidente da Samarco”. (VALE, 2019c). Com o rompimento em Brumadinho a empresa denota a necessidade de fazer o descomissionamento o quanto antes. Para compreender essa narrativa, situa-se o Plano de Ação de Emergência de Barragens (PAEB), o PAEB é considerado como uma ferramenta importante na gestão de barragens, previsto por lei. Seu objetivo é evitar ou minimizar danos com perdas de vida, sendo o meio pelo qual a empresa define o risco das barragens, em níveis:

Nível 1: Quando detectada anomalia [...] que demanda inspeções especiais.

Nível 2: Quando o resultado das ações adotadas na anomalia referida do nível I for classificada como “não controlada” ou “não extinta” [...]

Nível 3: Situação de ruptura iminente ou está ocorrendo. (VALE, 2021a).

Nessa grande narrativa, a alusão aos níveis do PAEB é corriqueira. Um exemplo é a notícia intitulada “Vale eleva nível de alerta em três barragens”: de forma preventiva, o protocolo para início do nível 3 do PAEB para três barragens. As barragens que passarão para nível três são: B3/B4, da Mina Mar Azul, em Macacos/Nova Lima, e as barragens Forquilha I e Forquilha III, da Mina Fábrica, em Ouro Preto (MG). [...] (VALE, 2019d).

Se a informação divulgada pela própria Vale a respeito dos níveis, o sentido presente é de que essas três barragens estão em situação de ruptura iminente (nível 3). Além dessa situação, a Vale divulgou algumas notícias alarmando sobre a Mina Coco Soco em Barão de Cocais (MG) (VALE, 2019e), como diversas outras notícias aludindo mudanças de níveis 1 e 2, seja aumentando ou diminuindo o nível. Nesse contexto, a empresa se coloca como empenhada para aumentar a condição de segurança das suas barragens, todavia, se por um lado há a divulgação de ações de

manutenção a partir de construções e reformas, por outro a maior parte das medidas preventivas divulgadas pela empresa caracterizam-se pela realização de simulados de evacuação com a comunidade e testes de acionamento de sirenes.

Por fim, é possível observar que apesar de enfatizar continuamente as diversas ações previstas pelo PAEB em suas barragens, em nenhum momento a empresa se coloca efetivamente enquanto ouvinte desta comunidade impactada e nem tampouco dá voz a ela, e isso é uma contradição, pois em diversos momentos ela se posiciona enquanto preocupada em ouvir. O que fica disso é um quadro de referência para ação que se fundamenta exclusivamente em normativas e protocolos institucionais e governamentais.

## 7. A COMUNIC(AÇÃO) DA ONG GABINETE DE CRISE

Em toda comunicação da ONG o rompimento na Mina Córrego do Feijão é um crime ambiental de responsabilidade da VALE S.A. e não um acidente, conforme a empresa continuamente alude. Os dados coletados foram publicados pela ONG entre 22 de fevereiro de 2019 até 17 de novembro de 2020. Emergem três grandes narrativas: i) O rompimento da barragem enquanto crime ambiental; ii) As operações de mineração e seus impactos; iii) A atuação social e política da ONG. Diferente da Vale, que desenvolve narrativas exclusivamente sob seu nome, a ONG apresenta o compartilhamento e desenvolvimento de narrativas cujo sentido e construção atravessa outras entidades e a população impactada. Ao fazer isso a ONG evoca um traço narrativo mais emocional, dialógico e humano, e, portanto, diferente da Vale que utiliza uma comunicação pautada sobre a razão e uma lógica de causa e efeito. Enfim, as narrativas que compõe a comunicação da ONG abordam sobre situações provocadas pelo rompimento e pelas operações de mineração, e seus entendimentos direcionam possíveis ações sociais por parte dela e da comunidade impactada, que por sua vez desencadeiam ou não ações e posicionamentos por parte das instituições envolvidas.

### 7.1 “As mãos dos acionistas estão sujas de lama”

A ONG situa o rompimento da barragem enquanto crime ambiental. A narrativa a respeito do crime, fundamenta-se sobre o i) o rompimento e a responsabilidade da Vale; e ii) seus impactos. Aqui enfatizam sobre os impactos decorrentes do crime e há uma contínua humanização das vítimas, na medida que aludem impactos tidos enquanto invisíveis, mas que ainda assim se fazem presentes no cotidiano destes atingidos. Conforme a ONG assevera que

Todas essas afetações são os resultados do novo crime cometido neste ano pela segunda maior mineradora do mundo. [...] Foi, sem dúvida, uma **negligência criminosa da empresa**, fiscalização, licenciamento ambiental. **Não existe falta de tecnologia**. A tragédia foi, na realidade, fruto de decisões políticas e econômicas. (GABINETE DE CRISE, 2019).

O sentido presente nesse documento, que é tratado junto da imagem abaixo, traduz que a Vale (e seus acionistas) não estão apenas com mãos sujas de lama, mas também sujas de sangue. (GABINETE DE CRISE, 2019). Ao aludir os impactos na saúde, enfatizam a mineração enquanto geradora de violências, que por sua vez, é transformada em sofrimento manifestado na vida cotidiana das pessoas que são atingidas direta ou indiretamente. Assim, a ONG reforça a necessidade de mudança nas operações de mineração. É estabelecido enquanto quadro de referência para ação as seguintes questões: se há pessoas que estão em sofrimento diário e com a saúde psicológica abalada, o que deve ser feito? Por que continuam fazendo as coisas dessa forma danosa, se existem outras possibilidades?

**Figura 1 - 3 meses de crime ambiental: Não foi acidente**



Fonte: Gabinete de Crise (2019)

## **7.2 Operações de mineração: Sociedade Civil denuncia impunidade e ‘terrorismo’ de barragens e violação de direitos**

Essa grande narrativa é estabelecida entre março de 2019 até novembro de 2020. Aqui a ONG adere uma postura crítica e de denúncia sobre os riscos inerentes as operações de mineração e, portanto, alude i) a insustentabilidade e a impunidade na mineração, e ii) o terrorismo das barragens.

A partir da publicação de uma carta aberta de junho de 2019 questionam a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG) e o Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM). Na carta a ONG solicita clareza e transparência no acesso de informações confiáveis sobre as operações de mineração e ressalta o seguinte questionamento:

Seria a atividade mineradora tão relevante para a sociedade em termos de pagamento de impostos e de geração de empregos que compensaria os danos e os riscos de toda ordem que acarreta para esta mesma sociedade em termos dos impactos ambientais da atividade normal das minas e dos impactos oriundos da ocorrência de um sinistro? (MANUELZÃO, 2019).

Observa-se que a insustentabilidade da mineração é pautada sobre as vivências pessoais dessa comunidade impactada, e para além disso, nas incoerências e contradições das práticas e

discursos do setor minerário. A memória é um elemento presente, pois há um reforço contínuo em comunicar que o rompimento de 2015 não teve responsabilização mesmo anos depois. No que diz respeito ao rompimento de Brumadinho, a ONG apresentou denúncias sobre a impunidade e evidenciou os conflitos de interesses e relações de poder nas operações de mineração ao aludir que a empresa contratada para fiscalizar as barragens prestou serviços para mineradoras que precisa fiscalizar.

Por conseguinte, entre março de 2019 até setembro de 2020 a ONG compartilhou 35 publicações a respeito do “terrorismo das barragens”. Ela denuncia e conscientiza como os modos de viver nas comunidades e regiões são impactados pelas operações de mineração. A ONG dá voz aos interesses e ao sofrimento das comunidades, diferente de como a VALE estabelece os sentidos sobre a instabilidade das barragens que é exclusivamente pautado sobre pressupostos técnicos e normativos. Em suma, a ONG em sua comunicação, além de situar a Vale enquanto empresa criminosa, enfatiza as contradições de suas práticas e o impacto disso sobre as comunidades e a região impactadas por suas operações e decisões.

### **7.3 “Após o crime cometido pela Vale...não podemos nos calar!”**

Por fragmentos de paisagens que remetem há tempos de quando o que se comia era o que se cultivava, na mata, nas hortas e nos quintais, e o nascer vinha de parto, muitas das vezes natural, seguimos os rastros da lama INVISÍVEL que paralisa a vida de um povo nascido em terras. [...] Querem calar o canto dos pássaros, o coaxar de sapos noturnos, a vida de gentes da Terra, por um monte de barulhos, de máquinas ensandecidas, de vozes inconscientes, de caminhos de destruição. Não há informações claras. Não há o devido cuidado com as pessoas e com a natureza. A única coisa que é mais ou menos certa é o cronograma para o desastre. (CORUJO, 2019).

O trecho do dia 24 de junho de 2019 traz a fala da ambientalista Maria Teresa Corujo, representante da ONG e a partir de uma autoridade não vista na comunicação da Vale, esse o trecho traz consigo uma subjetividade de alguém que vive e luta para que esse cenário mude.

É com este pano de fundo que a ONG enquanto articulação de movimentos sociais, pesquisadores e ativistas políticos mencionou que tem como objetivo “reivindicar o controle social das ações desenvolvidas em torno do crime ambiental promovido pela companhia Vale” (GABINETE DE CRISE, 2019), com base nisso, outra grande narrativa presente na sua comunicação é a respeito da sua atuação social e política. Nesta narrativa os sentidos são direcionados i) aos protestos e atuação social, e ii) à comunicação pela conscientização e defesa das comunidades. Em suma, ao se comunicar diretamente com as comunidades impactadas sobre as operações da Vale, a ONG conscientizou e defendeu as comunidades impactadas em suas diversas ações sociais e políticas.

## 8. ARTICULAÇÕES FINAIS: A PERFORMATIVIDADE NARRATIVA NA COMUNICAÇÃO DA VALE S.A. E DA ONG GABINETE DE CRISE

Para entender ficção antes se compreende o imaginário social, situado enquanto aquilo que é socialmente compartilhado e com origem na repetição histórica de discursos e práticas. Quando Ricoeur (1991) trabalha o imaginário social, ele o discute enquanto um processo “de imaginação” que é governado por regras, vejo agora essa questão enquanto central, haja vista que o autor se refere aos diferentes tipos de racionalidade capazes de fundamentar a construção e recriação da realidade narrativamente e, portanto, o imaginário social é um indicativo de que nenhuma interpretação é individual, pois carrega consigo as ficções práticas, isto é, ideologia e a utopia. Assim, as interpretações, normas, valores e conteúdos simbólicos do mundo ao serem estabelecidos no discurso podem operar tanto construtivamente quanto destrutivamente em relação a uma situação presente, e, portanto, performar. Sobre isso, Ricoeur (1990, p. 99) argumentou que “o sentido de um texto não está por detrás do texto, mas a sua frente. Não é algo de oculto, mas de algo de descoberto. O que importa compreender não é a situação inicial do discurso, mas o que ele aponta enquanto mundo possível.” Mais do que entender a intenção daquilo que é dito, o que torna a linguagem possível de intervir no mundo - performar - é o seu caráter aberto e, logo, a realidade efetivada visada por aquilo que se enuncia.

Dito isto, o entendimento dos dados a partir da concepção das grandes narrativas produzidas tanto pela Vale quanto pelo Gabinete vai ao encontro da Hermenêutica Ricoeuriana. Bernstein (1991) pontua que as grandes narrativas não podem ser confirmadas empiricamente, pois “são uma das formas centrais pelas quais o imaginário social é instituído e manifestado”, entendimento que vai ao encontro da ideia de ficções. Com base nisso, as grandes narrativas apresentam como expressões a ideologia e a utopia. Com base nisso, volto ao argumento de Ricoeur (1991) a respeito de que o potencial interpretativo - fundamentado sobre o imaginário social e as ficções práticas - transposto narrativamente gera novos entendimentos sobre o real, abrindo outros mundos possíveis de ação, e conseqüentemente performar, mas isso é possível apenas porque há esse lastro que vem das práticas e discursos de primeira ordem na constituição das grandes narrativas que se estabelecem pelas racionalizações do imaginário social.

Estas elaborações podem ser observadas na composição e disseminação das grandes narrativas, tanto da Vale quanto do Gabinete de Crise, que se apresentam com o poder de confirmar, desafiar, negar ou contestar o real, não apenas sobre o rompimento que aconteceu e questões circunscritas a ele, como posicionam por estas divergentes formas de enxergar o mundo da vida real, as quais são estabelecidas por meio do trabalho de elaboração narrativo (mimese) pautado sobre imaginário social e suas ficções práticas.

Em outras palavras, mais do que “versões narrativas” a respeito do acontecimento e seus desencadeamentos, tem-se diferentes racionalidades: por um lado, na comunicação da Vale há a



supremacia de uma racionalidade instrumental que evidência uma visão de mundo pautada sobre o cálculo utilitário e no êxito econômico, e, por outro, no Gabinete há a supremacia de uma racionalidade substantiva pautada sobre uma visão de mundo que situa o ser humano como ponto de referência para a ordenação pessoal e social (KALBERG, 1980). Isso pode ser percebido, respectivamente, pelos traços de linguagens usados pela Vale e pela ONG: por um lado observamos pela Vale uma linguagem mais “estática” que é pautada sobre normativas e questões institucionais que lhes dá respaldo ao significar ações por lógicas racionais e de causa e efeito e que, por conseguinte, justificam os impactos destas ações sobre a região e o cotidiano das pessoas que vivem ao redor, por outro lado a comunicação da ONG apresenta traços mais poéticos, dialógicos e subjetivos ao se utilizar de falas autorais de seus membros e da própria comunidade situando portanto o ser humano como ponto de referência para a ordenação social.

Concluimos com o que foi trazido inicialmente: o olhar da razão instrumental sobre o ato de contar histórias, inerente à condição humana, transformou o *Storytelling* em uma ferramenta poderosa nas organizações. Não podemos nos furtar de apontar que o alcance das narrativas comunicadas pela Vale S.A. é absolutamente superior àquele da ONG Gabinete de Crise, seja por todo o seu investimento comunicacional, seus interesses, ou mesmo pela infra-estrutura de suporte a todos esse processo. E, portanto, o processo de *Storytelling* sobre o rompimento da Barragem em Brumadinho é protagonizado veementemente pela Vale S.A., que conduz sua narrativa pela instrumentalidade normalizadora e naturalizadora de um crime corporativo, que é tratado como algo acidental e capaz de ser reparado. Dar voz aqui às narrativas da ONG Gabinete de Crise é, também, uma forma de colocar em diálogo mundos diversos e abrir espaço para uma mudança (ou pelo menos reflexão) sobre a instrumentalidade naturalizante e normalizadora das ações organizacionais.

## REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, Jay M. Grand narratives. In: **On Paul Ricoeur**. Routledge, 2002. p. 116-137.
- CORUJO, M. T. **O que se esconde por trás das ameaças de rompimento da barragem sul superior da mina do gongo soco, em Barão de Cocais - Minas Gerais?** Facebook: ONG GABINETE DE CRISE. Publicado em 24 de junho de 2019.
- FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Avaliação dos Impactos sobre a saúde do desastre da mineração da Vale (Brumadinho, MG)**. Ministério da Saúde, 2019.
- GIOIA, *et al.* Seeking qualitative rigor in inductive research: Notes on the Gioia methodology. **Organizational research methods**, v. 16, n. 1, p. 15-31, 2013.
- GOND, *et al.* What do we mean by performativity in organizational and management theory?. **International Journal of Management Reviews**, v. 18, n. 4, p. 440-463, 2016.
- GURWITSCH, A. The Common-Sense World as Social Reality: A Discourse on Alfred Schutz. **Social Research**, p. 50-72, 1962.

- KALBERG, S. Max Weber's types of rationality: Cornerstones for the analysis of rationalization processes in history. **American journal of sociology**, v. 85, n. 5, p. 1145-1179, 1980.
- MANUELZÃO. **Gabinete de Crise interpela FIEMG e IBRAM em carta aberta**. Acesso em junho de 2021. Publicado em 7 de junho de 2019.
- MODENA, C. M.; HELLER, L. Desastre da Samarco: aproximações iniciais. **Ciência & Cultura**, v. 68, n.3, 2016.
- ODILLA, F. **Tragédia em Brumadinho: O perigo à saúde que vem da lama**. Acesso em maio, 2021.
- RICOEUR, P. **Ideologia e utopia**. *Tras. Teresa Louro Perez*. Lisboa: 1991.
- RICOEUR, P. **Interpretação e ideologias**. Francisco Alves, 4º Edição, 1990.
- RICOEUR, P. **O discurso da ação**. Lisboa, Edições 70, 2018.
- RICOEUR, P. The function of fiction in shaping reality. **Man and World**, v. 12, p. 123-141, 1979.
- RICOEUR, P. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1994.
- ROCHA, D. Representar e intervir: linguagem, prática discursiva e performatividade. **Linguagem em (Dis)curso**, v. 14, n. 3, p. 619-632, 2014.
- SANFELICE, V. O IMAGINÁRIO POÉTICO-SOCIAL EM PAUL RICOEUR: MÍMESIS E UTOPIA. **Guairacá-Revista de Filosofia**, v. 29, n. 1, p. 109-126, 2013.
- SANTOS, L. B. D. A lama de Mariana e Brumadinho Não Vale o Progresso. **Escenários: Empresa y Territorio**, v. 8, nº11, 2019.
- SARGENT, Lyman Tower. Ideology and Utopia: Karl Mannheim and Paul Ricoeur. **Journal of Political Ideologies**, v. 13, n. 3, p. 263-273, 2008.
- SAVAGE, P.; CORNELISSEN, J.; FRANCK, H. Fiction and organization studies. **Organization studies**, v. 39, n. 7, p. 975-994, 2018.
- VALE S.A. Capítulo 10: Vale: a Construção de uma Marca. EM: **Nossa história 2012**.
- VALE S.A. **Quem somos?** Disponível em:  
<http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx> Acesso em: maio, 2021.
- VALE S.A. **Reparação e desenvolvimento: Segurança das barragens**. Acesso em setembro de 2021a.
- VALE S.A. **Vale atualiza ações da reparação em Brumadinho**. Publicado em 20 de janeiro de 2020.
- VALE S.A. **Vale atualiza ações humanitárias e de reparação até 21/3**. Publicado em 22 de março de 2019b.
- VALE S.A. **Vale atualiza informações sobre deslizamento de talude na cava da Mina de Gongo Soco**. Publicado em 31 de maio de 2019e.
- VALE S.A. **Vale atualiza informações sobre o rompimento da barragem de Brumadinho**. Publicado em: 27 de janeiro de 2019a.
- VALE S.A. **Vale eleva nível de alerta de três barragens**. Publicado em 27 de março de 2019d.
- VALE S.A. **Vale esclarece sobre descomissionamento das barragens a montante**. Publicado em 30 de janeiro de 2019c.
- VÁSQUEZ, C.; SCHOENEBOORN, D. Communication as Constitutive of Organization (CCO). **The international encyclopedia of strategic communication**, p. 1-12, 2018.
- WAGNER, H. R. **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. 1979.

WALTON, K. L. **Mimesis as make-believe: On the foundations of the representational arts.**  
Harvard University Press, 1990.

### **O/A(S) AUTOR(ES/AS)**

#### **Jéssica Cristina Ceni**

Professora Colaboradora no Departamento de Administração da Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO) e Professora-Online na Escola de Negócios da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR); jessica.ceni@pucpr.br

#### **Natália Rese**

Professora no Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGADM) da Universidade Federal do Paraná (UFPR); resenati@gmail.com